

# Nota de Leitura

---

## Rui Barbosa: Pensamento e ação – uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional

autora	Maria Cristina Gomes Machado
cidade	Campinas/ Rio de Janeiro
editora	Autores Associados/ Fundação Casa de Rui Barbosa
ano	2002

O personagem histórico Rui Barbosa dispensa muitas apresentações exatamente por ser uma das principais representações memoriais do sentido de referencial intelectual no Brasil da virada do século XIX para o século XX. Um grande número de pesquisas procura estudar e analisar a obra desse autor nos mais diversos aspectos que transitam da educação até a história passando pelo jornalismo, direito, filosofia e tantos outros campos do conhecimento. Exatamente por ser um autor tão estudado não é simples a tarefa de abordar de forma academicamente diferente o seu pensamento. Por isso é tão relevante esse trabalho de Maria Cristina Gomes Machado que, originalmente, foi uma tese de doutorado em filosofia e história da educação concluída em 1999 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente a autora é professora da Universidade Estadual de Maringá (PR). Sua pesquisa dividiu o primeiro prêmio do Concurso Nacional de Ensaios do Ministério da Cultura, comemorativo dos 150 anos de nascimento de Rui Barbosa e que teve como comissão julgadora a Fundação Casa de Rui Barbosa. Ela consegue revisitar tanto o intelectual como o político Rui Barbosa de forma diferenciada em relação à maioria dos estudos já publicados.

Já na introdução do seu trabalho ela deixa bem evidente qual é a sua proposta ao procurar relacionar o autor estudado ao seu contexto histórico na busca de verificação de validade, apresentada como majoritária historiograficamente, da caracterização de que o idealismo de Rui Barbosa foi fundamental para a construção do seu pensamento e na impraticabilidade de suas proposições. Assim sendo ela não limitou o seu pesquisar apenas aos famosos “Pareceres” de Rui Barbosa como tradicionalmente é feito quando o autor é pesquisado na perspectiva educacional. Maria Cristina G. Machado anuncia que é preciso contextualizar a posição e ação de Rui Barbosa com as outras situações reformistas que vigoravam no Brasil do final do século XIX e começo do século XX:

Portanto, tão ou mais importante que as idéias específicas de Rui Barbosa sobre educação, que a visão estreita da especialização tende a privilegiar, são as idéias sobre o conjunto das reformas empreendidas pela sociedade brasileira no seu esforço de enfrentar as pressões internas sob o comando das pressões externas, determinadas pelo capital. As críticas a ele imputadas nos manuais de história da educação e nas pesquisas acadêmicas, que insistem em rotulá-lo de idealista, por importar idéias e soluções estrangeiras, e também em apontá-lo como defensor da tese sobre a educação como alavanca do desenvolvimento, contrariam tais pressupostos [2002, pp. 3-4].

No primeiro capítulo do seu livro, que tem como sugestivo título “Rui Barbosa: um (des)conhecido da historiografia educacional brasileira”, é feito um sintético balanço historiográfico que procura dar conta de três sentidos: os estudos de caráter fundamentalmente biográfico, as pesquisas propriamente relacionadas a historiografia geral da educação e, finalmente, os estudiosos educacionais dos “Pareceres” mais especificadamente. É necessário registrar, no entanto, que a divisão realizada pela autora poderia ser mais produtiva, para os seus próprios objetivos, caso efetuasse a fusão dos dois últimos sentidos da sua revisão historiográfica. Na parte de recuperação dos estudos biográficos destaca criticamente a predominância do diagnóstico idealista e desvinculador da realidade brasileira no pensamento de Rui Barbosa. Ao tratar das interpretações dos estudiosos da história da educação aponta que a polêmica sobre o idealismo ou

realismo do autor é reavivada na procura da possível representação social da sua posição política e intelectual.

No segundo capítulo existe o estudo das propostas de Rui Barbosa como político imperial e republicano. A autora registra que faz uma inversão cronológica pois inicia a abordagem do autor estudado priorizando a sua participação como relator da proposta liberal original da lei dos sexagenários (1884) que é posterior as atuações de Rui Barbosa nas discussões parlamentares sobre a reforma eleitoral e da instrução pública (1879/1883). A justificativa apontada é que entender preliminarmente o posicionamento parlamentar dele sobre a questão da mão de obra é fundamental para a compreensão da sua visão de modernidade social para o Brasil. Em seguida são estudadas as atuações de Rui Barbosa tanto nos debates da última reforma eleitoral imperial e na transição do Império para República como no primeiro gabinete republicano e sua Constituinte de 1890/1891. Ao concluir esse capítulo destaca que nessas ações de Rui Barbosa, diferenciadas formalmente da educação, pode ser percebido que as questões que ele enfrentava não eram novas e, por isso, suas soluções não eram tão idealizadas assim. Talvez pelo contrário revelasse no seu pragmatismo efetivado sua representação social:

Tendo em vista a batalha empreendida por Rui Barbosa, percebe-se que as questões apresentadas não eram novas. A luta do autor era para resolver problemas concretos da prática social dos homens que a sociedade havia colocado. Eram questões reais que vinham sendo discutidas há certo tempo e que precisavam ser encaminhadas. Era necessário romper com o que estava se mostrando historicamente inviável. A escravidão, as barreiras que impediam a imigração, o voto controlado pelo governo, a centralização do poder, a moeda e o crédito deveriam ser revistos para se encaminhar a modernização da sociedade. Nesse processo de modernização, ele tomou clara posição, revelando a sua própria modernidade. Seu compromisso estava voltado às necessidades do capital, ao revigoramento das relações de produção burguesas [2002, pp. 101-102].

Já o terceiro, e último, capítulo foi reservado justamente para a avaliação das propostas educacionais de Rui Barbosa com especial tratamento, obviamente, para os seus “Pareceres” sobre o ensino. A autora inicia colocando a questão da instrução pública como identifi-

cada como “nova necessidade social” por muitos contemporâneos do personagem pesquisado. O contexto histórico comparado foi relacionado com Rui Barbosa como uma confirmação de que sua opção pela necessária modernização brasileira passava, fundamentalmente, pela instrução pública naquele começo da década de 1880. O que chama atenção do leitor atento é que a pesquisa aponta para a identificação de que a essencialidade educacional foi uma concepção intelectual de prazo determinado do referido autor. A justificativa de conteúdo que Rui Barbosa apontava nos seus famosos “Pareceres” preparava, sem qualquer dúvida, a mão de obra livre e pobre para a aceitação consciente, e reprodução plena, de uma estruturação social superadora da desigualdade civil do escravismo para ser tanto liberal como naturalizadora das desigualdades econômicas e sociais (2002, pp. 149-150).

O trabalho da autora avança no sentido de apontar que o próprio Rui Barbosa, verificando a insuficiência da instrução pública como instrumento básico para essa modernização liberal, passa a atuar em outras frentes de mudança social. Sua posição de ministro da Fazenda do primeiro gabinete republicano ilustra, exemplarmente, a secundarização da instrução pública das suas prioridades políticas. Maria Cristina G. Machado registra, na conclusão do seu livro, que uma boa parcela dos trabalhos sobre Rui Barbosa não valoriza essa mudança de rumo e deixa de analisar a plena interconexão subordinada da instrução pública com o objetivo prioritário das ações do autor pesquisado: construir uma adequada, e pragmática, direção intelectual da ação institucional do liberalismo nacionalmente modernizador:

A historiografia, ao particularizar os temas e tratar a educação por ela mesma, não considera as amplas relações de outros elementos com as propostas feitas no âmbito da educação, como a de Rui Barbosa. O processo de modernização realizava-se independentemente da criação da escola e isto foi bem compreendido por ele, tanto que se empenhou em outros projetos... A escola vista como capaz de realizar a formação profissional e formar o cidadão eleitor, dadas às condições... não era, ainda, a questão prioritária do Brasil no final do século XIX. Rui Barbosa, embora não a tenha explicitado, tinha clareza dessa questão, por isso investiu no encaminhamento de mudanças político-econômicas de viabilidade imediata e que, de maneira indireta, iam ao

encontro do projeto de modernização nacional pretendido [2002, pp. 161-162].

Ao final da leitura fica a convicção de que a autora atingiu seu objetivo de fazer uma visita intelectual diferenciada na obra de Rui Barbosa. Sua obra estimula o retorno de mais pesquisas acadêmicas que possam pretender investigar o relacionamento entre a produção intelectual, e atuação institucionalizada, de um personagem histórico que transcende os limites de abordar o debate educacional como a grande questão nacional determinante. Encetando as formulações de Rui Barbosa sobre as legislações abolicionista, eleitoral, educacional e econômica fica mais concreta a limitação de qualquer estudo que desligue o eixo comum de consolidação de uma visão social liberal de cada um desses aspectos de sua autoria. Um outro raro registro lacunar do seu trabalho que pode ser feito é de que a autora poderia ter avançado mais na comparação com as proposições de Rui Barbosa nas suas duas campanhas eleitorais como candidato a presidência da República em 1909 e 1919. Seria o complemento adequado da investigação de uma trajetória intelectual que culminou na proposição, encarnada pelo próprio autor, de duas campanhas eleitorais representativas desta modernidade liberal.

As diversas perspectivas de explicação da figura de Rui Barbosa perpassam por extremos desde a identificação idealista pessoal, descolada em grande parte do real histórico, até uma realista representação de porta voz intelectual de classes ou segmentos médios urbanos. O livro em questão com toda certeza contribui para a superação dos problemas da radicalização dessa polarização. Seu conteúdo é igualmente relevante para entender um pouco melhor a origem de uma das mais assumidas referências atribuídas a Rui Barbosa recentemente: o intelectual referencial do liberalismo social brasileiro. No mesmo ano de 1999, em que a autora terminou seu doutoramento, foi publicada uma coletânea de textos de Rui Barbosa pela Fundação Casa de Rui Barbosa em que Mario Brockmann Machado, presidente dessa instituição, escreve no prefácio:

Quando do seu falecimento na década de 20, marcada pela ascensão na Europa e no Brasil, de ideologias radicais de direita e de esquerda, a herança política de Rui foi fortemente combatida. Tratava-se, para uns, de simples

“idealismo utópico”; para outros, de meras formalidades “superestruturais”. Logo chegaria o Estado Novo [...] Hoje (1999), o liberalismo social e democrático do Rui Barbosa da campanha de 1919 volta a ocupar posição elevada na agenda política do país, dela afastando equívocos neoliberais, e provocando revisão histórica daquela herança tão precipitada e injustamente olvidada... [Machado, 1999, pp. 3-4].

O êxito da iniciativa referencial ainda parece ser duvidoso enquanto for tentada uma reconstrução liberal de sociedade brasileira – que pretenda corrigir os problemas identificados como históricos – sem um profundo debate da responsabilidade do próprio liberalismo na produção dessa problemática em nossa nação. Entretanto, para que esse debate possa ser realmente frutífero é necessário admitir o questionamento intenso da completa validade idealizada desses mesmos princípios liberais modelares. O trabalho de Maria Cristina Gomes Machado ganha um valor adicional ao contribuir muito na recuperação da historicidade dessa discussão.

## Referências bibliográficas

MACHADO, M. B. Prefácio. In: BARBOSA, R. *Pensamento e ação de Rui Barbosa*. Org. e seleção Fundação Casa de Rui Barbosa. Brasília: Senado Federal, 1999.

*Sérgio Paulo Aurnheimer Filho*

Professor de história das Redes Públicas do Estado e do Município do Rio de Janeiro desde 1994 e mestre em história política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2009. Membro do grupo de pesquisa “Ideias, intelectuais e instituições”

Endereço para correspondência:  
Rua Moraes e Silva, 51, bloco 3, ap. 1.607  
Bairro do Maracanã – Rio de Janeiro-RJ  
CEP 20271-030  
E-mail: spfa@ig.com.br

Recebido em: 8 out. 2008  
Aprovado em: 31 jul 2008